

## Quem disse ?

«O tipo de país que queremos ser não é compatível com a existência de uma empresa que precise de explorar trabalho infantil para se tornar rentável. Essa empresa não tem lugar entre nós»

**Paulo Pedroso**  
Notícias Magazine  
28 de Janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1094 • 1 FEVEREIRO 2001 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Legislação sobre droga

### Governo pondera criação de salas de injeção assistida

O Conselho de Coordenação da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga discutiu, no dia 30, em Lisboa, o esboço de um diploma governamental de políticas integradas de redução de danos, que inclui a criação de salas de injeção assistida.

Segundo o gabinete do secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, o futuro diploma «dá enquadramento legal a todo um conjunto de políticas de redução de danos» que inclui o programa de troca de seringas, a criação de salas de injeção assistida e abre também portas para a troca de seringas nas prisões. Fonte do gabinete de Vitalino Canas adiantou que o esboço do futuro diploma governamental seria também analisado ontem pelo Conselho Nacional da Droga e da Toxicod dependência, ficando aberta a discussão pública a partir de 5 de Fevereiro.

Após um período de um mês e meio de discussão pública, e de acordo com a forma como decorrer o debate, o Executivo decidirá se o diploma terá forma de decreto-lei (a aprovar em Conselho de Ministros) ou de projecto de lei, sendo então presente ao Parlamento. Na reunião do Conselho de Coordenação da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicod dependência foram abordadas outras questões, como o Plano Nacional da Droga.

XVII Cimeira Luso-Espanhola

# PORTUGAL E ESPANHA IRREVERSIVELMENTE PRÓXIMOS

Acordos e soluções de princípio em matéria de cooperação bilateral e multilateral em várias áreas foi o saldo das negociações e dos contactos entre o Governo português e o Executivo espanhol.



## Política

Cheias

### Regime de excepção para reconstruir zonas afectadas



O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou no dia 28, em Alvações do Corgo, Santa Marta de Penaguião, que o Conselho de Ministros vai aprovar um decreto-lei para criar um regime de excepção para as obras de reconstrução nas zonas afectadas pelos temporais.

## Sociedade & País

Rede de Cine-Teatros

### Arrancam obras em 20 salas do País



José Sasportes, ministro da Cultura, reuniu-se, no dia 25, em Lisboa, com autarcas e representantes de 21 câmaras municipais do País para fazer um ponto da situação sobre o programa das Redes Municipais de Cine-Teatros e de Espaços Culturais, iniciado em 1999.



## Portugal e Espanha Um destino comum

A 17ª Cimeira Luso-Espanhola terminou terça-feira, em Sintra, registando grandes progressos na coordenação europeia e impulsos na cooperação bilateral e multilateral, que marcaram a solução de todos os contenciosos entre os dois países e abriram a porta a novas formas de cooperação.

Esta Cimeira, a quinta presidida conjuntamente por António Guterres e José Maria Aznar, destacou-se pelos entendimentos alcançados em cinco grandes áreas: segurança e cooperação na luta contra o crime organizado, tráfico de drogas e combate ao terrorismo; coordenação ao nível das infra estruturas, destacando-se neste âmbito a criação do Agrupamento Europeu de Interesse Económico, com sede em Madrid e presidido por um português, que se encarregará dos vários projectos conjuntos ferroviários e rodoviários; o combate à imigração clandestina, sobretudo às mafias, mostrando-se defensor de políticas de humanismo e de coesão social; cooperação ao nível da ciência e tecnologia e, por último, a política de cooperação de Portugal e Espanha perante terceiros países, estando os dois Estados ibéricos com projectos definidos para Marrocos, Cabo Verde, El Salvador e Timor-Leste.

Outra das áreas onde se registaram avanços durante esta Cimeira prendeu-se com o tema das indemnizações aos expropriados espanhóis por ocasião da Revolução de Abril. Para isso ficou definida a criação de uma comissão paritária, constituída por elementos designados por ambos os governos, avaliadora do montante das indemnizações apenas em processos extrajudiciais.

A constituição do Agrupamento Europeu de Interesse Económico irá permitir dar um novo impulso aos projectos de ligação por auto-estrada entre os dois países ibéricos e à extensão a Portugal do TGV. Este impulso é cada vez mais prioritário para Portugal devido à posição periférica do nosso país relativamente ao centro da Europa e às suas consequências para a competitividade da economia nacional. Uma outra área que esteve em discussão, durante a Cimeira de dois dias, foi a do Trabalho e da Segurança Social, onde os dois países se comprometeram a desenvolver um sistema de troca de informações entre a Inspeção-Geral do Trabalho portuguesa e a Segurança Social espanhola, tendo em vista a aplicação de uma forma efectiva das legislações em matérias como o emprego e as condições laborais.



### SANTA ALIANÇA ENTRE AD E PCP/APU

O «Acção Socialista» na sua edição de 3 de Fevereiro de 1983 denunciava na primeira página a existência de uma «santa aliança» entre a AD e o PCP/APU nos concelhos de Almeirim, Silves, Lagos e Loulé. Objectivo: retirar o PS da gestão desses municípios.

Era o tempo em que os ortodoxos do PCP estavam ao rubro na sua campanha anti-PS, que viam como o principal inimigo na conquista do eleitorado progressista, ao mesmo tempo que propunham a «maioria de esquerda».

Enquanto isto, a direita pé ante pé começava o seu ataque contra o sector público da economia, visando o seu desmembramento, bem como contra a Constituição que constituía um obstáculo aos seus objectivos.

Destaque ainda nesta edição para dois artigos de opinião dos camaradas Arons de Carvalho e Jaime Gama, ambos fundadores do PS.

J. C. C. B.

3 de Fevereiro

#### Quem disse?

«Torna-se imperiosa a desgovernamentalização do sector público da Comunicação Social»

**Arons de Carvalho**



### Itália

#### Mário Soares recebe prémio «Roma pelo Diálogo»

Mário Soares recebeu, no dia 29, na capital italiana, o prémio «Roma pelo diálogo», atribuído pela Fundação Remo Orseri.

Na cerimónia de entrega do prémio (primeira edição), o ex-Presidente da República discursou sobre o tema «Laicos e crentes em diálogo no início do novo século».

Mário Soares foi escolhido «pelo seu empenho europeísta e pelo diálogo que, como laico, teve com representantes religiosos, seja no seu País seja em outros lugares do mundo.»

A Fundação Remo Orseri foi fundada em 1991 e, segundo a vontade do fundador, tem por objectivo promover o recíproco conhecimento, compreensão e pacífica convivência entre culturas, religiões e povos.



Entre os conselheiros e membros do seu comité científico estão representantes da Comunidade de Sant'Egidio como Andrea Riccardi, monsenhor Vincenzo Paglia e Marco Imagliazzo, entre os outros.

### Imigração

#### Novo posto de atendimento conjunto

Os trabalhadores imigrantes têm desde a passada segunda-feira, dia 29, na Matinha, Lisboa, mais um posto de atendimento conjunto para pedirem autorização de permanência, segundo a Inspeção-Geral de Trabalho (IGT).

O novo posto de atendimento, que aglomera a IGT, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e os serviços da Segurança Social, pretende responder à procura intensa por parte das empresas e trabalhadores imigrantes.

O novo posto situa-se na rua Dr. Esteves Vasconcelos, n.º 56, na Matinha, junto à estação dos caminhos-de-ferro de Braço de Prata.

Pelo País existiam já cinco postos de atendimento conjuntos, em Lisboa, Barreiro, Cascais, Faro e Portimão, e a IGT estima que venham a abrir mais três: Coimbra, Porto e Setúbal.

De acordo com a IGT, os postos de atendimento conjuntos não deverão ser utilizados pelas empresas que queiram regularizar mais de dez trabalhadores, de forma a não saturarem o serviço.

Para estes casos estão disponíveis os serviços regionais do SEF, IGT e segurança social.

O SEF concedeu recentemente 477 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes.

### Manhattan de Cacilhas

#### Sócrates chumba mega-atentado ao ordenamento do território

É um mega-atentado ao ordenamento do território. É conhecido pelo nome de «Manhattan de Cacilhas».

Obviamente, o ministro do Ambiente, José Sócrates, vai chumbá-lo.

Segundo o «Expresso», no dia em que o projecto foi apresentado para um debate público, José Sócrates deu ordens aos serviços do seu Ministério para comunicarem aos promotores do

empreendimento «a oposição ao desenvolvimento do projecto, tal como se encontra actualmente concebido».

No despacho refere-se que a proposta corresponde a «uma opção urbanística com volumetria e carga manifestamente excessivas para o local, com implicações paisagísticas negativas sobre o estuário do Tejo e a cidade de Lisboa».

### Pinochet acusado de 75 crimes da caravana da morte

O ex-ditador Augusto Pinochet vai ser processado pela justiça chilena, acusado de «co-autor instigador», «cúmplice» e «encondor» do homicídio qualificado de 57 democratas opositores da ditadura e do se-

questro de outros 18, dados como «desaparecidos», em 1973, após o golpe militar que derrubou o presidente eleito, o socialista Salvador Allende, no caso que ficou tristemente conhecido como «Caravana da morte».

## PORTUGAL E ESPANHA IRREVERSIVELMENTE PRÓXIMOS

**Acordos e soluções de princípio em matéria de cooperação bilateral e multilateral em várias áreas foi o saldo das negociações e dos contactos entre o Governo português e o Executivo espanhol.**

**A**XVII Cimeira Luso-Espanhola – a quinta da era Guterres e Aznar – terminou no passado dia 30, em Sintra, com a assinatura de vários acordos de cooperação, permanecendo, porém, dúvidas sobre o caso EDP e a aceleração da criação do espaço judicial europeu.

No final de dois dias de cimeira, que reuniu mais ministros do que nunca e em que foram assinados mais protocolos do que em nenhuma outra ocasião, os primeiros-ministros português e espanhol fizeram um balanço extremamente positivo ao nível das relações bilaterais e no contexto da coordenação europeia.

António Guterres e José María Aznar defenderam a tese de que, nos últimos cinco anos, que dizem não ter paralelo na História dos dois povos, conseguiram resolver todos os contenciosos e criaram condições para, a partir de agora, desenvolverem projectos de cooperação ao nível bilateral e em países terceiros. Assim, o primeiro-ministro português manifestou-se satisfeito com os resultados da cimeira luso-espanhola, declarando que a aproximação de Portugal e Espanha na construção de um futuro comum «é irreversível».

Na conferência de Imprensa final, Guterres recordou que presidiu pela quinta vez, conjuntamente com o seu homólogo espanhol, José María Aznar, a cimeiras ibéricas, nas quais se registaram «grandes progressos na coordenação europeia e impulsos nas relações bilaterais, que marcaram a solução de todos os contenciosos entre os dois países e abriram a porta a novas formas de cooperação».

«Portugal e Espanha aproximaram-se de forma irreversível na construção de um destino comum», acrescentou o chefe do Governo português, para quem a evolução registada nos últimos cinco anos «não tem paralelo» na História dos dois povos.

### Portugal solidário contra terrorismo

António Guterres destacou cinco grandes áreas em que se verificaram progressos, começando pela questão da segurança e cooperação na luta contra o crime organizado, tráfico de drogas e combate ao terrorismo.

Neste ponto, em concreto, Guterres deixou uma mensagem muito forte de condenação da ETA, afirmando que, «com



toda a solenidade, o Governo e o povo português são inteiramente solidários com as vítimas do terrorismo».

«O Governo português deseja colaborar de forma intensa com Espanha na luta contra o terrorismo, que em sociedades democráticas é um fenómeno intolerável e mereço, por isso, o mais vivo repúdio», sublinhou o primeiro-ministro.

Neste contexto, o chefe do Executivo português anunciou como um dos principais resultados desta cimeira a criação de um grupo de contacto que organize o esforço conjunto dos dois países, no âmbito da União Europeia, para acelerar «a adopção dos instrumentos comunitários» nos processos de extradição, captura e indemnizações às vítimas do terrorismo.

António Guterres frisou igualmente a importância de se avançar na «harmonização das incriminações e das sanções em matéria de terrorismo».

«Queremos trabalhar com a Espanha para que a realidade europeia, na luta contra o terrorismo, se concretize quanto antes», sustentou o primeiro-ministro.

A criação do grupo de contacto foi a solução encontrada para responder ao desejo de Espanha de chegar a um acordo bilateral, tendo em vista uma antecipação da entrada em vigor das normas relativas ao espaço judicial europeu e que, entre outras áreas, pudesse facilitar as extradições entre os dois países.

O argumento português residiu no facto de que a Constituição Portuguesa impedia um acordo nos moldes desejados por Madrid. Para o efeito, Guterres lembrou que Portugal terá que alterar a sua Constituição para ratificar a adesão do país ao Tribunal

Internacional Penal e para a aplicação de algumas medidas previstas no projecto de criação do espaço judicial europeu (caso da extradição), enquanto a Espanha nada terá de alterar na sua Lei Fundamental.

A segunda área destacada por António Guterres no domínio da cooperação entre Portugal e Espanha foi a coordenação ao nível das infra-estruturas, tendo destacado a criação do Agrupamento Europeu de Interesse Económico, com sede em Madrid e presidido por um português, que se encarregará dos vários projectos conjuntos ferroviários e rodoviários.

A principal função será desenvolver o projecto conjunto de comboios de alta velocidade, que unirá a Galiza ao Porto e Lisboa a Madrid.

Aproveitou depois para frisar que a linha atlântica e a continental de TGV nunca serão concorrenciais, mas partes complementares para a ligação da Península Ibérica à rede europeia de alta velocidade.

No plano rodoviário, o primeiro-ministro português sublinhou que, em breve, os dois países ibéricos estarão ligados por cinco auto-estradas, com a conclusão simultânea dos troços entre Aveiro e Valladolid, e Chaves-Rias Baixas.

Para acentuar mais o compromisso político que resultou desta nesta área em concreto, Portugal e Espanha decidiram criar um Observatório de fluxos de tráfego nas fronteiras dos dois países.

Das relações luso-espanholas, Guterres referiu-se ainda ao combate à imigração clandestina, sobretudo às mafias, mostrando-se defensor de políticas de humanismo e de coesão social.

Outra das áreas destacadas – que foi

introduzida pela primeira vez em cimeiras luso-espanholas – incidiu na cooperação ao nível da ciência e tecnologia, em relação à qual foi assinada uma declaração conjunta entre os dois ministros da área e com incidência nas sociedades de informação.

A última área mencionada pelo chefe do Governo português visou a política de cooperação de Portugal e Espanha perante terceiros países, estando os dois Estados ibéricos com projectos definidos para Marrocos, Cabo Verde, El Salvador e Timor-Leste.

### A sombra da EDP

Dos dois dias de cimeira luso-espanhola saíram ainda acordos no âmbito dos trabalhadores agrícolas temporários em Espanha e do intercâmbio de quadros com qualificações superior e média.

Mas a convergência de pontos de vista entre os governos de Lisboa e Madrid não se verificou no tema relacionado com a OPA da EDP sobre a Hidrocentradora de Espanha, em relação ao qual nada se avançou em concreto para a sua solução. Ao que parece a controvérsia gerada pela tentativa de compra da EDP poderá vir a ser resolvida por uma contra OPA de uma eléctrica alemã à sua congénere espanhola.

Nesta polémica, a Espanha reiterou a posição de que a EDP é uma empresa pública e, por isso, a sua entrada no mercado espanhol levanta resistência de ordem política por parte do Governo espanhol.

Por sua vez, o primeiro-ministro português, António Guterres, reivindicou o direito empresarial da EDP no sentido de entrar no mercado energético da Espanha e situou a operação no âmbito estritamente empresarial.

Este diferendo, no entanto, levou o chefe do Executivo espanhol a sublinhar: «Tanto não é legítimo que se diga em Espanha que Portugal levanta dificuldades ao combate ao terrorismo, como é ilegítimo que se diga em Portugal que a Espanha levanta dificuldades aos investimentos portugueses.»

Apesar das divergências, a cimeira concluiu com expressas declarações de compromisso político por parte dos dois primeiros-ministros, no sentido de intensificar a cooperação em várias áreas, com destaque para o ano de 2002, em que a Espanha assumirá a presidência da União Europeia.

Tendo em vista a presidência espanhola, Guterres e Aznar comprometeram-se a desenvolver novos esforços no processo da construção europeia e em dar novo impulso às conclusões da cimeira de Lisboa do ano passado, em que foram aprovadas medidas para a promoção do emprego e das novas tecnologias.

## REGIME DE EXCEPÇÃO PARA RECONSTRUIR ZONAS AFECTADAS

**O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou no dia 28, em Alvações do Corgo, Santa Marta de Penaguião, que o Conselho de Ministros vai aprovar um decreto-lei para criar um regime de excepção para as obras de reconstrução nas zonas afectadas pelos temporais.**

**A**ntónio Guterres, que visitava a povoação de Lugar de Azinheira, onde uma mãe e dois filhos morreram soterrados na própria casa, anunciou também apoios para a reconstrução de vinhas e produção agrícola, prejudicadas pelos temporais, acrescentando que equipas do Ministério da Agricultura estarão no terreno a partir de segunda-feira para avaliarem os estragos. Guterres manifestou, junto à casa onde morreram as três pessoas, a solidariedade do Governo com as famílias afectadas e fez questão de elogiar o trabalho desenvolvido pela Protecção Civil, bombeiros, municípios e inclusive empresas privadas.

«O Governo está empenhado na colaboração com as autarquias para dar uma resposta rápida e eficaz a estas situações», disse Guterres, acrescentando que o Fundo de Emergência da Protecção Civil está já disponível.

Quanto ao realojamento das famílias que perderam as suas casas, o primeiro-ministro disse que o Governo está empenhado na resolução destes problemas trabalhando com as câmaras e, neste quadro, poderão ser utilizados os pré-fabricados da protecção civil, que podem ser montados em poucos dias.

Entretanto, Guterres disse que está já decidido o alargamento às populações vítimas dos temporais do programa aprovado para as cheias pelo Conselho de Ministros, dia 11 deste mês, sublinhando que vai ser necessário ampliá-lo, bem como a linha de crédito às autarquias, que neste momento já está em funcionamento para reconstrução das infra-estruturas.

Haverá casos em que «devido à magnitude dos montantes em causa deverá ser necessária a articulação de vários ministérios para encontrar soluções que poderão passar, nomeadamente, pela afectação de verbas do III Quadro Comunitário de Apoio», disse.

Relativamente às reconstruções, Guterres garantiu que está previsto o alargamento da linha de crédito das autarquias aos particulares que pretendam reconstruir as suas casas.

O primeiro-ministro, acompanhado pelo ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, pelo governador civil de Vila Real, Artur Vaz, e por vários autarcas da região, de diferentes matrizes políticas,



encontrou um ambiente de consternação. O chefe do Governo partiu de Lisboa, de helicóptero, para a região do Douro, tendo sobrevoado as zonas do Vale de Santarém, Mondego e Águeda, também afectadas pelas cheias.

Guterres aterrou no pátio da Escola Secundária João de Araújo Correia, em

Peso da Régua, onde era aguardado pelas autoridades locais, e partiu de imediato para o Lugar de Ariz, na freguesia de Godim, onde o esperavam centenas de pessoas.

O primeiro-ministro falou com uma mulher que foi salva das lamas e com familiares da senhora idosa, cujo corpo foi já retirado

dos escombros da casa arrastada pelo desabamento de terras.

Antes de regressar a Lisboa, Guterres observou a avenida principal de Peso da Régua, que sábado de manhã ainda se encontrava alagada, e falou com os responsáveis locais.

### Sampaio apela à solidariedade nacional

Entretanto, o Presidente da República manifestou-se no dia 28 surpreendido com a dimensão das cheias no Baixo Mondego, pediu rapidez na resposta às pessoas afectadas e apelou a uma onda de solidariedade nacional.

Jorge Sampaio falava aos jornalistas no Serviço Municipal de Protecção Civil de Coimbra, depois de ter percorrido algumas das povoações mais atingidas pelo mau tempo no distrito, nomeadamente Pereira do Campo, Formoselha e Ribeira de Frades.

«Há uma dimensão muito forte que me surpreendeu, é algo tão sério como na baixa de Águeda», afirmou.

O Chefe de Estado disse esperar que a avaliação da situação «se traduza sobretudo na agilidade para responder às expectativas» das pessoas atingidas.

Confrontado com críticas de alguns populares que se queixaram de atrasos nos apoios, Sampaio frisou estarmos perante uma «emergência muito para além do habitual».

«Naturalmente que há sempre reclamações deste tipo, faço um apelo às pessoas afectadas para que exijam, sim, rapidez nas respostas, mas não vale a pena estarmos a recriminarmo-nos mutuamente», sublinhou.

Sampaio considerou que, nestas situações, «a resposta não é sempre a que se gostaria, mas é a possível».

Para o Presidente da República, «este não é o momento para recriminações que existem sempre em relação ao bote que chegou mais tarde ou mais cedo», porque - insistiu - «a dimensão (das cheias) é tal que são precisas grande união e solidariedade de todo o País».

«Todas as pessoas que têm de tirar as lições tirarão: a necessidade de uma maior eficácia e entrosamento (nas respostas)», afirmou Sampaio, ressaltando «não ter qualquer juízo negativo» sobre a actuação das autoridades.

«Pelo contrário, a dimensão (das cheias) é de tal maneira impressionante que muito se tem feito neste dias para responder às preocupações e desastres» ocorridos, disse.

Na sua visita às zonas mais afectadas do distrito de Coimbra Jorge Sampaio fez-se acompanhar do secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Carlos Zorrinho.

### Secretário de Estado faz avaliação no Vouga e Mondego

A medida mais urgente para proteger das cheias as explorações agrícolas do Baixo Vouga é a reconstrução dos rambos nas margens dos rios Vouga e Antuã, disse no dia 29 o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.

Esta afirmação foi feita por Vítor Barros depois de visitar as zonas do Baixo Vouga e do Baixo Mondego afectadas pelas cheias, onde se reuniu com associações locais e visitou explorações privadas.

«Ainda é cedo para apurar os prejuízos», afirmou o secretário de Estado, referindo tratar-se de um trabalho só possível quando as águas baixarem e permitirem a entrada nos campos que se encontram alagados.

Assim que o nível das águas baixar será feito um levantamento dos prejuízos causados na produção agrícola e nas infra-estruturas, referiu Vítor Barros.

Seguidamente, Vítor Barros deslocou-se ao Baixo Mondego, onde afirmou registar-se «um problema muito semelhante», resultante do rebentamento de um dique e de um canal.

«Estamos em conversações com o Ministério do Ambiente para depois podermos entrar nos campos e avaliar os prejuízos», indicou, acrescentando que a Associação de Obra e Fomento do Baixo Mondego vai colaborar com os técnicos no levantamento dos prejuízos.

«Vim aqui prestar solidariedade aos agricultores e manifestar a disponibilidade do Governo para ajudar», disse o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural.

## DESIGNADO PONTO DE CONTACTO NACIONAL COM ORGANISMOS EUROPEUS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 25, em Lisboa, uma resolução que designa o Instituto do Consumidor, através do Centro Europeu do Consumidor, como Centro de Coordenação, funcionando enquanto ponto de contacto nacional, no âmbito da Rede Europeia de Organismos Nacionais de Resolução Extrajudicial de Litígios de Consumo.

Incumbe ao Instituto do Consumidor e à Direcção-Geral da Administração Extrajudicial desenvolverem as diligências necessárias à participação de Portugal na Rede Europeia de Organismos Nacionais de Resolução Extrajudicial de Litígios de Consumo, tendo em vista o

desenvolvimento da rede extrajudiciária europeia, e designa aquele primeiro Instituto através do Centro Europeu do Consumidor, como Centro de Coordenação, funcionando como ponto de contacto nacional ao nível daquela rede. Define os organismos extrajudiciais que podem integrar a rede e incumbe a Direcção-Geral da Administração Extrajudicial de monitorizar a conformidade da acção desses organismos em relação aos princípios enformadores a que devem estar sujeitos, bem como às políticas comunitárias para os modos alternativos de resolução de litígios abrangidos pelo direito civil e comercial.



## NOVO GABINETE PARA PREVISÃO DE IMPACTOS

O Governo deu luz verde à nova lei orgânica do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP).

Ao GPLP compete o desenvolvimento do papel do Ministério da Justiça na elaboração de diplomas legislativos da sua responsabilidade, no planeamento do desenvolvimento do sistema de justiça e na recolha e produção de dados estatísticos. Deste modo, fica garantido que as alterações ao sistema de justiça se efectuem de forma estudada, tanto do ponto de vista estritamente jurídico, como sociológico e estatístico.

Pretende-se que seja possível prever o impacto e consequências de cada alteração legislativa da responsabilidade

do Ministério da Justiça, bem como valorizar o acompanhamento da execução de diplomas legislativos, pois só a constante avaliação dos mesmos no plano social e no da aplicação jurídica pode fornecer elementos quanto à eficácia face aos seus objectivos.

Cabe ainda ao GPLP a realização e promoção de estudos e exercícios de planeamento da actividade não legislativa do Ministério da Justiça, pois revela-se indispensável uma constante atenção ao desenvolvimento e mutação dos vários aspectos que envolvem e condicionam a área da justiça, sob pena de adoptar medidas imponderadas ou de escasso efeito útil.

## POLÍTICA GLOBAL E INTEGRADA

O Executivo socialista decidiu, no dia 25, em reunião de Conselho de Ministros, criar a Comissão Interministerial de Acompanhamento da Política de Imigração.

A Comissão, que tem por objectivo coordenar, acompanhar e avaliar, a nível global, a política de imigração, será presidida pelo ministro da Administração Interna e integra representantes dos Ministérios da Administração Interna, do Equipamento Social, da Economia, Trabalho e Solidariedade, dos Negócios Estrangeiros e Educação ao nível de secretários de Estado, bem como o director dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e o inspector-geral do Trabalho.

Procura-se assim definir uma política de imigração global e integrada que, atendendo à sua complexidade e incidência nos domínios social, económico, jurídico e cultural, procure dar uma resposta coerente a um conjunto de necessidades.

Pretende-se igualmente flexibilizar a imigração económica legal de acordo com as necessidades do mercado de trabalho; combater eficazmente a imigração clandestina e os fenómenos socialmente degradantes com ela relacionados; e proceder a uma gestão racional dos fluxos migratórios bem como promover uma harmoniosa integração dos imigrantes, de forma a evitar situações de racismo e xenofobia.

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que cria a Comissão Interministerial de Acompanhamento da Política de Imigração;
- Uma resolução que designa o Instituto do Consumidor, através do Centro Europeu do Consumidor, como Centro de Coordenação, funcionando como ponto de contacto nacional, no âmbito da Rede Europeia de Organismos Nacionais de Resolução Extrajudicial de Litígios de Consumo;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Gabinete de Auditoria e Modernização (GAM);
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ);
- Um decreto-lei que aprova a orgânica da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial (DGAE);
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação (GRIEC)
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN)
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal;
- Uma proposta de lei que define o Estatuto das Associações Juvenis e Grupos de Jovens;
- Um decreto-lei que regula o exercício da actividade de reboque de navios e embarcações nas áreas dos portos, estabelecendo três regimes de prestação de serviço directamente pela autoridade portuária, licenciamento e concessão a empresas privadas;
- Um decreto-lei que constitui a Sociedade Gaia Polis, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que estabelece o estatuto das carreiras e funções específicas do pessoal de informática;
- Um decreto-lei que aprova os Estatutos do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça;
- Um decreto-lei que aprova o regime remuneratório dos membros dos júris do concurso público destinado ao recrutamento excepcional de magistrados;
- Um decreto-lei que aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério de Justiça;
- Um decreto-lei que aprova a lei orgânica dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça;
- Um diploma que altera o decreto-lei que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do III QCA e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal;
- Um decreto-lei que estabelece uma nova data de extinção do Gabinete de Travessia do Tejo em Lisboa, (Gattel);
- Um decreto regulamentar que prorroga por mais um ano o prazo de cinco anos previsto no n.º 3 do artigo 6º do decreto regulamentar n.º 1/95, de 19 de Janeiro, que determinou a abertura de concursos para a adjudicação da concessão de exploração de três casinos no Algarve e estabeleceu as respectivas condições;
- Um decreto que declara área crítica de recuperação e reconversão urbanística o núcleo intra-muros da Vila de Castelo de Vide;
- Um resolução que ratifica o Plano de Pormenor de Vila Verde de Ficalho;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano de Pormenor do Parque Industrial do Alto do Barro, no município de São Pedro do Sul, e a planta de condicionantes do mesmo plano;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização da Vila de Arronches, no município de Arronches.

## PELO PAÍS

## Governação Aberta

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna exortou os portugueses, no dia 27, a terem «uma atitude preventiva muito forte» relativamente às consequências do mau tempo que está a assolar o País.



Carlos Zorrinho, em declarações feitas no decorrer de uma visita a Alvações do Corgo, defendeu que «as pessoas não devem arriscar nada e se virem algum risco de desabamento devem deixar as suas casas». O governante, que se deslocou a esta localidade e a Godim (Régua) para ver os estragos causados pela intempérie, ficou consternado com o que viu e considerou preocupante a situação que se vive nesta zona.

Depois do que testemunhou, considerou que se vive uma situação de risco em toda a região, que decorre da orografia da mesma e da continuidade de chuvas fortes. Pediu cuidado na circulação rodoviária, dado que as estradas do concelho de Peso da Régua – reconheceu – estão péssimas. «Trata-se de uma situação muito complexa com muita chuva e com risco constante de desabamentos», disse.

Carlos Zorrinho lembrou que, além de todo o trabalho que está a ser feito em todo o País pelo serviço de Protecção Civil, o Governo tem agora dois novos mecanismos fundamentais de apoio que se podem aplicar neste caso: uma linha de crédito bonificado para as autarquias poderem reparar os estragos e contas de emergência para os particulares mais carenciados reconstruírem as suas casas.

## AGRICULTURA

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas afirmou estar «confiante de que as negociações em curso com a Comissão Europeia resolvam o problema dos produtores portugueses» no que respeita aos apoios para a destilação do vinho.

Capoulas Santos, que esteve presente, no dia 25, na comissão parlamentar do sector, recusou qualquer responsabilidade do Executivo no atraso na apresentação das candidaturas aos apoios comunitários por parte dos produtores nacionais, dizendo que essa culpa só existiria «se as vinhas fossem do Governo», acrescentando que «o governo não pode ir abanar os produtores

para que se candidatem mais cedo».

Em declarações à Imprensa, o ministro explicou que «estes apoios funcionam numa base de quem primeiro chega primeiro se avia, e os produtores portugueses apresentaram as suas candidaturas, como é normal, no fim da época das vindimas, no início de Dezembro, porque fazem o vinho do ano».



«O problema é que há muitos produtores italianos e espanhóis que vivem só para fazer destilação, porque o seu vinho é de fraca qualidade em comparação com o nosso, por isso eles utilizaram este expediente em que apresentaram logo posturas de destilação de produto que já tinham em stock do ano anterior, preenchendo grande parte das quotas disponíveis», acrescentou o governante.

## AMBIENTE

Portugal vai ratificar, «o mais tardar em 2002», o protocolo de bio-segurança que estabelece regras para o comércio internacional de organismos geneticamente modificados (OGM), disse, na passada segunda-feira, à Comunicação Social, o secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves.



Depois de longas maratonas de negociação, o protocolo foi adoptado por unanimidade pelos representantes de 138 países a 29 de Janeiro do ano passado, numa conferência extraordinária em Montreal, Canadá.

O acordo, assinado por Portugal a 24 de Maio de 2000 e cuja entrada em vigor depende da ratificação de uma maioria

daqueles 138 países, permite impedir a importação de transgénicos considerados perigosos para o ambiente ou a saúde, mesmo quando não há certezas científicas sobre a sua nocividade.

Até ao momento, apenas dois países ratificaram o protocolo, a Bulgária em 13 de Outubro de 2000 e Trinidad e Tobago em 5 de Outubro do mesmo ano.

A ratificação portuguesa depende de uma «compatibilidade formal» entre o disposto no protocolo e a legislação europeia sobre transgénicos, nomeadamente a directiva relativa à libertação deliberada no ambiente de OGM que em Fevereiro próximo vai a segunda leitura no Parlamento Europeu.

## ECONOMIA

O ministro da Economia, Mário Cristina de Sousa, está a acompanhar a situação na empresa Clark, onde está previsto o despedimento de 366 operários, tendo reunido já com a Câmara de Arouca e com a Associação dos Industriais do Calçado.



O Ministério da Economia divulgou, no dia 25, à Imprensa, que Mário Cristina de Sousa terá mesmo obtido garantias da Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e Sucedâneos (APICCAPS), de que não vai ser difícil a integração dos operários noutras fábricas da região.

«A situação tem vindo a ser acompanhada pelo ministro, estando em curso negociações com a Associação e com a autarquia, para que os trabalhadores que vierem a ser dispensados pela Clark possam ser absorvidos por unidades fabris do concelho e de concelhos limítrofes», adiantou o gabinete do governante.

O despedimento naquela multinacional de calçado inglesa deverá ser faseado e atingir 300 trabalhadores até Abril e os restantes 66 até Junho, de acordo com a mesma fonte.

O Ministério da Economia salienta que o concelho de Arouca regista um baixo nível de desemprego, com uma taxa de 1,8 por cento e que o sector em causa, o do calçado, tem crescido nos últimos anos, conseguindo modernizar-se e ser competitivo a nível internacional».

## JUSTIÇA

A cidade do Porto dispõe, desde o dia 29, e pela primeira vez, de instalações do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que

acolherão os cerca de 20 juízes conselheiros da região.

As novas instalações foram inauguradas segunda-feira pelo ministro da Justiça, que salientou o «esforço» do Ministério para promover «melhores condições de trabalho aos tribunais superiores».



António Costa referiu as obras já efectuadas e a realizar na sede do STJ e o objectivo de criar em Coimbra instalações idênticas às do Porto, para instalar os juízes conselheiros daquele distrito judicial.

O ministro manifestou «total disponibilidade» para colaborar com a autarquia portuense no sentido de encontrar na cidade «uma solução global integrada» na área da Justiça. «Além de Capital Europeia da Cultura queremos que o Porto seja também capital europeia do mundo judiciário», disse.

Referiu o objectivo de encontrar «uma solução global para todos os tribunais de primeira instância», a exemplo do que já foi feito em Lisboa, e a criação de novos juízes cíveis, que entre Setembro e Dezembro permitiram que «as pendências (valor inferior a três mil contos) fossem reduzidas em cerca de nove mil».

## JUVENTUDE E DESPORTO

O ministro da Juventude e Desporto, José Lello, inaugurou, no dia 27, o novo posto náutico do Sport Clube do Porto, numa cerimónia marcada pelas cheias na zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia.



Depois de ter sido adiada a inauguração a 7 de Dezembro último devido a cheias, o Sport Club do Porto não teve melhor sorte e

PELO PAÍS

Governança Aberta

viu o acto ser «manchado» pelas cheias do Rio Douro cujas águas lhe levaram inclusivamente uma passagem móvel de alguns milhares de contos.

O novo posto náutico consiste na recuperação do antigo armazém do clube portuense orçada em 60 mil contos, sendo 40 mil investidos pelo clube e o restante pela Câmara Municipal.

O edifício é composto por três pisos: o rés-do-chão funciona como armazém das embarcações, o primeiro andar dispõe de duas salas para reuniões técnicas, um salão para convívio e dois balneários, um masculino e outro feminino. O segundo e último piso é destinado ao ginásio.

O ministro José Lello manifestou-se «sensibilizado e motivado» com o esforço que considera ter sido dispendido pelo Sport Club do Porto ao longo dos seus 96 anos de existência, lembrando o empenho do clube para manter o ecletismo e as várias instalações funcionais.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, defendeu, no dia 27, um investimento na saúde «de médio prazo, e não para amanhã», deixando uma mensagem optimista aos novos 130 licenciados em Medicina da Universidade de Coimbra.



A governante participou na cerimónia do Juramento de Hipócrates dos novos médicos, onde garantiu que não passará pelo Ministério da Saúde sem deixar trabalho feito e que os próximos três anos serão aproveitados para aperfeiçoar o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

«Não sou de todo insensível, não sou de

todo «Tio Patinhas». Sou, confesso, muito teimosa na prossecução dos meus objectivos», realçou.

Manuela Arcanjo falou na necessidade de «mudar para corrigir pequenos e grandes problemas», como a ausência de uma política de recursos humanos e a urgência em organizar as listas de espera e pediu a colaboração dos novos médicos: «Vamos ter todos que trabalhar em conjunto, mais e melhor».

Na perspectiva da governante, estes «têm razões para acreditar» que o Ministério da Saúde vai «conseguir mudar muito do que há ainda para mudar no SNS», nomeadamente melhorar as condições de trabalho e Ter hospitais mais bem equipados.

Afirmou que, actualmente, «não se vê ainda um oásis, mas um caminho» para conseguir atingir a melhoria dos serviços de saúde portugueses.

SOLIDRIEDADE

O ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, elogiou no dia 26, em Castelo Branco, o papel das Misericórdias como parceiras no combate à pobreza, reiterando que continuarão a trabalhar com o Governo a aplicar as políticas sociais.



Questionado sobre os lares clandestinos, o ministro afirmou que o programa que está a decorrer destina-se «a encerrar os lares clandestinos à medida que se vão criando condições para que as pessoas possam ir para melhor».

«Nunca encerraremos nenhum lar desde que as pessoas venham a ficar em piores condições do que as que estavam»,

explicou.

O ministro falava durante a inauguração do Centro Comunitário João Carlos Abrunhosa, da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco.

A unidade compreende um novo lar de idosos, uma unidade de apoio integrado (UAI), um lar para acamados e para doentes de saúde mental e que representa um investimento que ascende a 100 mil contos e tem capacidade para 75 pessoas.

Ferro Rodrigues visitou ainda o Centro de Infância e Juventude (CIJE), que acolhe presentemente 61 raparigas dos 5 aos 21 anos e cujas instalações foram recentemente ampliadas e renovadas com um investimento de 48 mil contos.

TRABALHO E SOLIDAREIDADE

O secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, entregou, no dia 26, em Viseu, 16 viaturas a instituições de solidariedade social.



As viaturas, onde o Estado investiu 43 mil contos, fazem parte de um conjunto de 95 veículos que serão distribuídos a nível nacional no âmbito do Programa de Apoio a Instituições de Solidariedade Social (PAISS) que visa «dar apoios de menor dimensão como viaturas, pequenas obras e equipamentos para tornar mais eficaz a capacidade de resposta das instituições». Através do programa PAISSA o Estado vai investir cerca de 285 mil contos para distribuir viaturas nos distritos de Beja, Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Porto, Setúbal, Santarém e Vila Real.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade

começou a entrega de viaturas às instituições de solidariedade social em Dezembro passado na Guarda, onde foram distribuídos dez veículos.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, afirmou-se convicto do crescimento do sector turístico no Alentejo, garantindo que a região tem «potencialidades excepcionais» nesta área.



Vítor Neto falava aos jornalistas, no dia 27, após inaugurar, em conjunto com o seu congénere da Cultura, Nascimento Baptista, o Centro de Interpretação do Conjunto Arqueológico do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo.

O governante salientou a componente turística do centro de interpretação, criado como forma de valorizar o conjunto arqueológico da povoação que representa 50 mil anos de história.

Para o secretário de Estado da Cultura, a abertura do centro constituiu uma «feliz associação» entre as áreas da cultura e do turismo.

Criado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), o centro de interpretação, instalado numa antiga cantina escolar do Escoural, apresenta uma exposição permanente, a qual oferece aos visitantes uma introdução à realidade patrimonial da gruta e sua envolvente.

A cerimónia incluiu ainda a apresentação do Programa de Valorização do Conjunto Arqueológico do Escoural, onde se inscreve também a construção do Centro de Recepção e Acolhimento de Visitantes, nas imediações da gruta.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEPUTADA ISABEL PIRES DE LIMA

Segurança na escola

## AFASTAR TENTATIVA DE POLICIAMENTO AUTORITÁRIO

A deputada socialista Isabel Pires de Lima saudou, recentemente, na Assembleia da República, a «saudável aproximação do PSD ao tipo de estratégias defendidas pelo PS e consagradas pelo Governo, designadamente a partir de 1996, através do Programa Escola Segura, em matéria de combate à insegurança e violência em meio escolar».

A bancada socialista assistiu, assim, com agrado ao distanciamento de «posições redutoramente autoritárias tomadas no passado em que tendeu a empolar a necessidade da criação de superesquadras no sentido de proceder a um reforço do policiamento das escolas que combatesses a insegurança, preferindo laborar agora sobre o conceito de "Programa Integrado de Combate à Violência em Meio Escolar"».

Isabel Pires de Lima recordou que «tensões sociais de todo o tipo se repercutem com intensidade na escola e não podemos esperar que a escola seja capaz de, com êxito absoluto, transmitir, fomentar e concretizar no seu seio valores que a todo o momento cá fora a sociedade nega, todos nós negamos, por vezes simulando proclamá-los».

Na opinião da parlamentar do PS, «a escola não pode estar imune à violência, como não está a família (...) e ela pode combater a violência fundamentalmente através do fomento de uma cultura da integração e de uma cultura da segurança, não podendo esta última, em consequência, passar só, nem sequer predominantemente, pela repressão, seja ela policial ou disciplinar a nível escolar».

Reconhecendo que há casos pontuais de violência que atingem dimensões e graus de incidência altamente preocupantes, que



exigem uma atenção redobrada e um reforço da componente do policiamento de proximidade e da intervenção do gabinete de Segurança do programa Escola Segura, Isabel Pires de Lima ressaltou que é claro que estes são «casos muito localizados e restritos às áreas do Grande Porto e Grande Lisboa-Setúbal».

«Importa, portanto, atentar no perigo em que a opinião pública tende a cair de confundir problemas de violência localizada com problemas de indisciplina mais frequentes, que sendo graves e exigindo medidas de reparação, são substancialmente distintos e implicam uma busca diferenciada de soluções, até para impedir que problemas de uma natureza, muito comuns e próprios dos estudantes

adolescentes naturalmente em busca de afirmação, possam vir a ganhar outra, com contornos já de violência», disse.

A deputada do GP/PS não deixou de frisar «o alarmismo e a excessiva dramatização da questão da insegurança e violência nas escolas», alertando para o perigo de que

«as representações e os sentimentos de insegurança injustificadas ou excessivas em relação à realidade, constituam um factor de potenciação de insegurança e de cedência à soluções demagógicas que encontram fáceis bodes expiatórios».

«Não faz sentido procurar soluções que privilegiem um excessivo policiamento ou que preconizem a presença de forças policiais dentro da escola, até porque, essa presença excessiva pode tornar-se contraproducente, desencadeando comportamentos de contestação à autoridade sem motivação profunda, e porque os alunos só tendem a ver com bons olhos a presença de polícias dentro da escola em faixas etárias muito baixas», reiterou a Isabel Pires de Lima, acrescentando que a solução para este problema deve ser procurado dentro do meio escolar.

Para concluir, a deputada socialista defendeu que o tratamento integrado da segurança e a criação de uma imprescindível cultura da segurança, numa sociedade onde impera a violência, passa pela conjugação de uma série de factores, entre os quais, o reforço do Programa Escola Segura, da autoridade do professor e da procura de respostas educativas no seio da escola.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA

Defensor do Contribuinte

## MELHORAR A EFICÁCIA E AUMENTAR A REPRESENTATIVIDADE



«Em boa hora, o Governo anterior criou o Defensor do Contribuinte, em boa hora a Assembleia da República (AR) ratificou essa criação, em adequada oportunidade

melhorou os contornos dessa nova figura. Em altura oportuna, o primeiro-ministro e os responsáveis governamentais das Finanças preconizaram a sua eleição pela AR», afirmou no dia 18 o deputado socialista Joel Hasse Ferreira.

«O GP/PS, tendo feito o balanço de todo este positivo processo, acolhe positivamente as iniciativas que reforcem os poderes e a representatividade do Defensor do Contribuinte», acrescentou. Joel Hasse Ferreira, na intervenção que fez na AR durante o debate de alguns projectos referentes ao Defensor do Contribuinte, lembrou as iniciativas legislativas do Governo visando regulamentar o cargo de Defensor do Contribuinte.

Entre outros aspectos, referiu que o PS é completamente favorável à eleição do

Defensor do Contribuinte pela AR, bem como à redução da duração do seu mandato.

Joel Hasse Ferreira afirmou ser importante que se proceda a uma clarificação no sentido de o relatório periódico do Defensor do Contribuinte ser apresentado directamente à AR.

### Competência e funcionalidade

Por outro lado, considerou importante a existência de um «quadro de pessoal próprio», eventualmente preenchido através da requisição ou destacamento de competentes funcionários.

Ressalvou, no entanto, a disponibilidade do PS em ponderar, por exemplo, as soluções que neste domínio propõem sectores da oposição parlamentar, nomeadamente o Bloco de Esquerda.

«O que nos interessa - sublinhou - é a eficácia do processo, a competência e a funcionalidade do serviço, uma justa e equilibrada defesa dos contribuintes.»

J. C. CASTELO BRANCO



PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL SOCIALISTA



## BRUXELAS PROPÕE METAS MAIS AMBICIOSAS PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES

**A** Comissão Europeia propôs na semana passada metas mais ambiciosas para a redução dos gases geradores do efeito de estufa, responsáveis pelas alterações climáticas, apontando para uma diminuição, entre 20 e 40 por cento, das emissões em 2020.

Os compromissos da União Europeia nesta matéria, estabelecidos no Protocolo de Quioto, apontam para uma redução das emissões na ordem dos 8 por cento entre 2008 e 2012 em relação aos valores de 1990, mas Bruxelas quer ir mais longe, reconhecendo mesmo a necessidade de reduzir em 70 por cento as emissões a longo prazo.

A tarefa não é fácil, mais ainda porque as regras de aplicação do protocolo assinado em 1997 no Japão não estão estabelecidas, apesar das tentativas levadas a cabo no encontro de Haia, em Novembro passado.

Bruxelas considera ser esta uma das prioridades dos Quinze, constando por isso da lista de quatro áreas-chave do Sexto Programa de Acção para o Ambiente, pensado para os próximos dez anos.

Responsável por 15 por cento das emissões dos seis gases que contribuem para o aquecimento global, a União Europeia deve «ser mais ambiciosa e encarar este desafio ambiental, que é dos mais complexos», afirmou a comissária europeia do Ambiente na apresentação do



novo programa.

«Os objectivos de Quioto são apenas um primeiro passo. Temos de ir mais além e ser cada vez mais duros, estabelecendo metas com esta ordem de grandeza», explicou Margot Wallstrom, citando o último relatório do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas, que aponta para um aumento superior das temperaturas em relação ao previsto anteriormente, em consequência das actividades humanas. De acordo com a comissária, uma das frentes «a atacar» será o sector dos

transportes – grande responsável pelas emissões de dióxido de carbono – e o da energia, em relação ao qual não esconde a vontade de ver concluído um acordo dos Quinze para o estabelecimento de uma taxa ambiental, impedido anteriormente pela Espanha.

A protecção da natureza e da biodiversidade ocupa o segundo lugar das prioridades do Sexto Programa de Acção para o Ambiente da UE, espaço onde 38 por cento dos pássaros e 45 por cento das borboletas estão ameaçados, dois terços das árvores sofrem devido à poluição e em muitos locais do Sul a erosão dos solos tem criado autênticos desertos.

A total aplicação das directivas nesta área – em especial as dirigidas aos solos e ao ambiente marinho – é uma das prioridades. A relação entre o ambiente e a saúde é outro dos temas considerados essenciais e que deverá abranger acções em áreas como a agricultura, águas costeiras e consumo humano, qualidade do ar e ruído. O uso sustentável dos recursos naturais e os resíduos ocupam o quarto lugar na lista de prioridades de Bruxelas para os

próximos dez anos no que se refere ao ambiente.

### Resíduos urbanos e lixos perigosos

Este item aponta metas específicas como a redução do volume de resíduos urbanos no espaço comunitário em 20 por cento em 2010 e 50 por cento em 2015, bem como de 10 por cento e 20 por cento, nas mesmas datas, respectivamente, para os lixos perigosos.

Margot Wallstrom quer pautar a actuação de Bruxelas na área do ambiente por uma maior «implementação» das medidas – uma das dificuldades do anterior programa –, a «integração» noutras políticas e a «informação», envolvendo todos os parceiros.

Esta política dos três «I» não pretende ser complacente com as empresas, optando antes por uma «parceria» com o sector industrial, o qual – reconheceu a comissária – exerce «muita pressão», nomeadamente sobre a nova política de substâncias químicas.

## PLANO DE 30 MILHÕES DE CONTOS PARA DESENVOLVIMENTO RURAL DOS AÇORES

O Plano de Desenvolvimento Rural dos Açores, que prevê apoios de 30 milhões de contos nos próximos sete anos, foi aprovado pelo Comité de Estruturas Agrícolas e Desenvolvimento Rural da União Europeia.

As ajudas, financiadas em 82 por cento por fundos comunitários, abrangem a cessação das actividades agrícolas (reformas), a indemnização compensatória em favor das zonas desfavorecidas, acções para uma maior e melhor protecção do ambiente e a arborização das terras agrícolas.

Um dos objectivos centrais de Bruxelas é ajudar à reconversão da agricultura açoriana, apontando para outras actividades que não a produção de leite, cujas quotas permitidas foram ultrapassadas na passada campanha (1999/2000).

Este programa visa promover uma agricultura sustentável, com uma ligação estreita entre uma actividade produtiva, moderna e competitiva e os factores ambientais, económicos e sociais.

As medidas agro-ambientais, no âmbito

das quais os agricultores são remunerados pelos serviços de protecção do ambiente, recebem 30 por cento das verbas previstas sobretudo para a luta contra a eutrofização das lagoas açorianas devido aos poluentes agrícolas.

A mesma percentagem destina-se às zonas desfavorecidas, visando manter a população e a actividade agrícola em determinada região considerada desfavorecida e reduzir as assimetrias entre os agricultores.

### Arborização das terras agrícolas

Oito por cento do investimento refere-se à arborização das terras agrícolas, uma acção essencial na luta contra a desertificação e erosão e na recuperação do solo.

Por fim, a cessação da actividade agrícola, que receberá 32 por cento do total dos apoios, inclui a dinamização da população agrícola e a amplificação das explorações com o objectivo de melhorar a viabilidade e competitividade económica.

## CONSELHO DA EUROPA E UE LANÇAM EM FEVEREIRO ANO EUROPEU DAS LÍNGUAS

O Conselho da Europa (CE) e a União Europeia (UE) vão lançar em 18 de Fevereiro o «Ano europeu das línguas 2001», tendente a promover o pluralismo linguístico entre os habitantes do Velho Continente.

A iniciativa, que será inaugurada em Lund, Suécia – país que preside este semestre à União Europeia –, parte do princípio de que o conhecimento das línguas «é essencial para o entendimento mútuo, a estabilidade democrática, o emprego e a mobilidade», indica um comunicado do Conselho da Europa.

O programa integra conferências, festivais e concursos nos 45 países que participam no evento – os Estados-membros do CE, incluindo os Quinze da

UE e os que ratificaram a Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa.

O seu objectivo é também promover o legado linguístico da Europa e alentar os seus cidadãos a aprender línguas, inclusivamente as minoritárias.

Os organizadores da campanha querem apoiar também a aprendizagem constante de línguas ao longo da vida dos cidadãos, em resposta às mudanças económicas, sociais e culturais.

O Conselho da Europa decidiu difundir uma espécie de passaporte europeu das línguas, no qual se mencionarão os conhecimentos linguísticos do seu portador, tanto escritos como falados e destinado a facilitar a mobilidade educativa e profissional.

BRUXELAS

Eurodeputados socialistas

## SEGURO NOMEADO CO-AUTOR DE RELATÓRIO SOBRE NICE

O eurodeputado socialista António José Seguro foi no dia 24 nomeado pela Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu (PE) como co-autor do relatório do PE sobre o Tratado de Nice e sobre o processo de preparação da Conferência Intergovernamental de 2004. Assim, o camarada António José Seguro assumirá em conjunto com um eurodeputado do Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu a importante tarefa de exprimir a



posição oficial do PE sobre os resultados de uma das mais relevantes cimeiras da UE, bem como sobre a preparação da Conferência de 2004 para a revisão dos tratados.

### Relatório de Soares aprovado por unanimidade

O relatório do eurodeputado socialista Mário Soares sobre as relações entre a UE e a Região Administrativa Especial de Macau (RAE) foi aprovado, por

unanimidade, na reunião da Comissão de Assuntos Externos do PE.

No relatório, intitulado «A UE e Macau: após 2000», o camarada Mário Soares propõe, entre outros aspectos, que a Comissão Europeia reitere a sua posição favorável à manutenção do Acordo de Comércio e de Cooperação UE/Macau, e que a UE intensifique a sua parceria e diálogo político com a RAE, de modo a reforçar o papel estratégico da Europa junto daquela região do continente asiático.

J. C. C. B.

JUSTIÇA

Vitorino defende

## ESTRATÉGIA GLOBAL CONTRA TRÁFICO DE SERES HUMANOS

A União Europeia (UE) considera urgente a adopção de uma estratégia global contra o tráfico de seres humanos, que representa uma «nova forma de escravatura», disse no dia 24 de Janeiro António Vitorino, comissário europeu para Justiça e Assuntos Internos.

«O tráfico de seres humanos e, em particular, de mulheres e crianças para fins de exploração sexual e económica» é muito preocupante, afirmou o comissário numa conferência que decorreu na localidade belga de Gand sobre o crime organizado.

Segundo António Vitorino, trata-se de um fenómeno que não se pode classificar como

episódico, mas que conta com uma estrutura extensa e com grandes implicações a nível social e económico.

O comissário especificou que, todos os anos, entre 700 mil e dois milhões de mulheres e jovens são objecto de tráfico ilegal em todo o mundo, enquanto na UE se estima que o número seja 500 mil.

«Devemos garantir que «os criminosos são perseguidos da mesma forma em todos os Estados-membros», acrescentou.

Na mesma conferência, o responsável da presidência sueca da UE e ministro da Justiça sueco, Thomas Bodstrom, afirmou que é «primordial» lutar contra todos os tipos de criminalidade organizada mas, de forma

especial, contra aqueles casos «em que se explora o sofrimento humano».

Por esta razão, explicou Bodstrom, é urgente «preencher as lacunas, tanto legais como práticas, que existam na luta contra o tráfico de seres humanos».

A intervenção do ministro sueco e também a do comissário seguem a mesma linha da carta enviada pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, ao seu homólogo sueco, Goran Persson. Na sua missiva, Blair propõe empreender uma ofensiva contra este fenómeno nos Balcãs, zona que, segundo refere, se transformou no centro europeu de tráfico de pessoas.

Vitorino e Bodstrom não mencionaram zonas concretas, mas destacaram a importância de

enfrentar o problema a nível transfronteiriço e não só no âmbito da UE.

### Crime organizado

A conferência em que participaram foi dedicada ao tema «Estratégias da UE e dos Estados Unidos na luta transnacional contra o crime organizado».

Durante a conferência, que foi inaugurada pelo primeiro-ministro belga, Guy Verhofstadt, participaram especialistas da Europa, dos Estados Unidos e da ONU em todas as formas de crime organizado, como o tráfico de drogas, o branqueamento de dinheiro ou o chamado «cyber-crime».

RELATÓRIO

Banco Mundial considera

## MELHORIA DA PROTECÇÃO SOCIAL VITAL PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Só menos de um quarto da população mundial dispõe de sistemas estatais de protecção social, segundo um relatório do Banco Mundial recentemente divulgado.

A melhoria dos sistemas de protecção social é vital para uma globalização mais favorável aos países pobres e pode ajudar os países em desenvolvimento a reduzir mais rapidamente a pobreza, observa o Banco Mundial no seu relatório «From Safety Net to Springboard» (Da Rede de Segurança ao Trampolim, em tradução literal).

O Banco Mundial afirma que a recente crise asiática, que contaminou mercados emergentes, desde a Rússia ao Brasil,

evidenciou a necessidade de criar sistemas de segurança social antes do eclodir das crises.

Defende que as redes de protecção social podem constituir um trampolim para a saída das situações de pobreza.

### Globalização: oportunidades e riscos

Para o Banco Mundial, a globalização oferece oportunidades de prosperar aos países em desenvolvimento mas também os expõe a um risco maior se não adoptarem as reformas económicas, sociais e institucionais para explorarem o potencial da economia

mundial.

O Banco Mundial afirma que a nova maneira de encarar a protecção social leva a defini-la como «intervenção pública para ajudar indivíduos, famílias e comunidades a melhor gerir riscos e proporcionar apoios aos criticamente pobres».

O Banco Mundial revela que o seu volume de empréstimos para apoio à protecção social atingiu em 1999 os 3,76 mil milhões de dólares (mais de 750 milhões de contos), representando 13 por cento do total emprestado e cerca de seis vezes mais do que em 1994.

No que respeita à Europa, o relatório apenas aborda as chamadas economias

em transição do Leste, recordando que antes de 1990 aqueles países estavam orientados para o pleno emprego e o orçamento assegurava as despesas de protecção social, pelo que não havia um sistema de protecção social montado.

Observa que a transição de economias planificadas para economias de mercado obrigou a uma nova abordagem da protecção social nos países da Europa de Leste e da ex-União Soviética.

O Banco Mundial considera que os países da Europa de Leste e ex-URSS fizeram comparativamente menos quanto à criação ou redesenho dos seus sistemas de protecção social face às reformas do mercado de trabalho.

## ARRANCAM OBRAS EM 20 SALAS DO PAÍS

O Ministério da Cultura prevê que, ao longo deste ano, 20 Cine-Teatros do País iniciem obras, no âmbito da Rede Nacional de Teatros.

As previsões ministeriais apontam também para a renovação destes espaços em 31 cidades até 2003.

José Sasportes, ministro da Cultura, reuniu-se, no dia 25, em Lisboa, com autarcas e representantes de 21 câmaras municipais do País para fazer um ponto da situação sobre o programa das Redes Municipais de Cine-Teatros e de Espaços Culturais, iniciado em 1999.

Esta reunião de trabalho proporcionou «um diálogo produtivo entre as partes» e destinou-se essencialmente a aferir o estado da realização dos trabalhos em curso nos recintos.

O ministro apresentou igualmente aos participantes uma primeira versão do «Contrato Cultural de Cidade», com o

objectivo de criar uma discussão sobre a iniciativa.

O documento apresenta a acção como um programa de intervenção cultural a realizar a partir do ano 2002 em cidades escolhidas para o efeito, destinado a encorajar a criação, o conhecimento e a difusão da cultura nos domínios das artes plásticas, literatura, artes do espectáculo, património e novas formas de expressão cultural.

O programa deverá desenvolver-se mediante a cooperação entre os vários agentes culturais, instituições e empresas para promover as artes e o espectáculo, contribuindo para a criação de uma rede de «Pólos Culturais de Excelência».

É intenção da tutela que o «Contrato Cultural de Cidade» tenha uma duração máxima de três anos, estabelecido entre a tutela e uma estrutura a nível local, criada para esse fim, que pode ser uma associação ou fundação.

Esta entidade terá como funções «articular

os vários organismos do Ministério da Cultura de incidência regional, a autarquia, a universidade e as empresas interessadas». De acordo com a ideia preconizada pela tutela, esta estrutura fará a gestão e a programação das actividades a desenvolver, nomeadamente o apoio a acções e manifestações culturais, favorecer o diálogo cultural, acções de formação, operações inovadoras na área do ensino, artes e cultura, promover a colaboração entre os sectores da cultura, turismo, ensino, emprego e relações externas.

Esta primeira versão do documento será debatida entre o ministro e os representantes das autarquias em futuras reuniões de trabalho sobre as redes nacionais de teatros e espaços culturais.

Lançadas ainda durante a tutela do ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho, as redes têm como objectivo dotar de salas de espectáculo das capitais de distrito e

também as sedes de concelho com actividade cultural.

No âmbito do programa estão previstas 31 salas de espectáculos com um custo estimado em 16 milhões de contos, podendo as despesas ser apoiadas pelo Plano Operacional da Cultura (POC) até 75 por cento do investimento.

Além da comparticipação do Ministério da Cultura, a Tabaqueira apoia estes projectos – alguns que implicam construções de raiz e outros obras ou equipamento – com um fundo de 1,5 milhões de contos.

No âmbito das redes já foram concluídas obras de reconstrução no Cine-Teatro Avenida, em Castelo Branco, o Teatro Garcia de Resende, em Évora, o Teatro Lethes, em Faro, e o Teatro Viriato, em Viseu.

Existem ainda protocolos já assinados com as autarquias de Campo Maior, Covilhã, Ourique, Sever do Vouga e Vila Pouca de Aguiar.

## PINA MOURA MANTÉM PREVISÕES SOBRE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO

O ministro das Finanças disse ter razões para manter as previsões do Governo sobre a inflação e o crescimento económico do País em 2001, apesar das estimativas mais pessimistas do Banco de Portugal.

Reagindo às previsões divulgadas pelo Banco de Portugal sobre a evolução da economia portuguesa no próximo ano, Pina Moura comentou que as «pequenas diferenças» em relação às avançadas pelo Governo se justificam «por questões de tradição».

«Respeitamos a posição do Banco de Portugal, mas o Governo tem bases fundamentadas para sustentar as suas», declarou o titular da pasta da Economia, que deixou ainda outro recado: «Vamos esperar que a vida esclareça quem está mais próximo da realidade».

Quanto à conclusão do Banco de Portugal de que a subida dos salários da Função Pública se revelou exagerada no ano passado, Pina Moura disse ter tomado nota dessa posição.

### Novas visões de desenvolvimento

«A questão substantiva passa pelo comportamento dos mais poderosos agentes económicos, que têm de incorporar



novas visões de desenvolvimento no caso na política salarial», sustentou o ministro, para quem Victor Constâncio «não se limitou a criticar, mas também a enunciar um conjunto de propostas e ideias».

«Essas propostas irão merecer o nosso estudo e o devido debate», assegurou o titular da pasta das Finanças.

Depois de sublinhar que a economia portuguesa «vive em expansão há seis anos consecutivos, crescendo sempre acima dos três por cento», Pina Moura reiterou que das negociações salariais para o corrente ano resultará um aumento dos salários reais, «mas pautado por critérios de moderação».

## ENCERRADOS SEIS LARES CLANDESTINOS

Seis lares privados da Região Centro a funcionar ilegalmente vão fechar logo que estejam acautelados os interesses dos idosos, garantiu o presidente do Centro Regional de Segurança Social, Nuno Filipe. Na sequência de um levantamento às condições dos lares de idosos, outros 10 receberam recomendações para se regularizarem, de forma a evitar o seu encerramento.

Segundo Nuno Filipe, «alimentação e higiene deficientes, instalações inadequadas, com escadas e barreiras arquitectónicas, e aspectos técnicos relacionados com o apoio aos idosos» foram alguns dos problemas encontrados nos lares.

Sem especificar quais os distritos onde os lares funcionam de forma ilegal, o responsável adiantou que «Leiria é o que tem a situação mais complicada», onde «os lares têm que ser encerrados em breve», havendo outros casos «em que os problemas poderão ser superados».

«Os lares privados, que visam o lucro, têm de obedecer a regras. Desde há mais de um ano que têm a possibilidade de se candidatar a um programa do Ministério, que financia obras novas ou recuperações até cerca de 20 mil contos», explicou.

Nuno Filipe disse que, «se houver uma pessoa que está a agir de boa fé e tem vontade de pôr o lar como deve ser, deve candidatar-se».

Mesmo aqueles que foram encerrados pela

Segurança Social não são excluídos, o que não significa que todos os projectos sejam aprovados, porque, sublinhou, «o dinheiro não chega e há que estabelecer prioridades». Explicou que os lares vão sendo encerrados dando prioridade às situações mais graves, mas apenas quando os idosos tiveram local onde ficar instalados. «Em média, cerca de 30 por cento das famílias assumem os seus idosos, enquanto os outros casos exigem sempre um arranjo muito grande com as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Tentamos colocá-los sempre o mais perto possível das suas raízes», afirmou.

O presidente do Centro Regional de Segurança Social do Centro realçou a «ajuda preciosa» das juntas de freguesia ou vizinhos das instituições na denúncia de situações que consideram preocupantes porque, «como o próprio nome diz, são clandestinos, não são fáceis de encontrar».

Por outro lado, por vezes acontece alguns operadores clandestinos decidir fechar as portas sem terem sido inspeccionados: «Há pessoas bem intencionadas, que encerram e candidatam-se ao programa de apoio para depois poderem abrir, mas há também os habilidosos, que encerram hoje para abrirem amanhã sem que seja feita qualquer melhoria», disse.

De qualquer forma, Nuno Filipe considera que «tem havido uma evolução bastante positiva» neste sector, porque «há lares privados bastante bons».



#### Amarante

##### Mais subsídios a colectividades do concelho

O município de Amarante vai atribuir 68.550 contos em subsídios a diversas colectividades do concelho.



Na fundamentação da proposta que o Executivo da Câmara aprovou na sua última reunião, é constatada a existência de um forte movimento associativo no concelho, que «promove e dinamiza actividades desportivas, culturais e humanitárias, que muito contribuem para a formação de práticas de socialização e animação, a par de formas de combate à exclusão social».

#### Lisboa

##### Cinco novos túneis

Um túnel com 670 metros sob a colina da Penha de França é a mais recente novidade de um conjunto de cinco túneis que a Câmara de Lisboa pretende construir nos próximos anos.



O túnel sob a colina da Penha de França liga a Praça Olegário Mariano – prolongamento da Rua Pascoal de Melo, nas proximidades da Praça do Chile – à Rua Coronel Galhardo e esta a uma nova rotunda a construir na Avenida Mouzinho de Albuquerque, que constitui o troço final da primeira circular de Lisboa.

O estudo prévio do empreendimento que a Câmara Municipal de Lisboa (CML) foi adiando ao longo de décadas está já concluído, tendo em vista a decisão do

Executivo municipal.

O novo túnel tem por objectivo aliviar o intenso tráfego na zona da Avenida Almirante Reis/Praça do Chile/Rua Morais Soares com uma nova ligação directa à primeira circular de Lisboa, que liga pelo interior da cidade às Avenidas de Ceuta e a Infante D. Henrique, junto à estação de Santa Apolónia.

A construção do túnel, incluindo os projectos específicos de ventilação, drenagem, sinalização, segurança e iluminação, representa o investimento de cerca de 7,5 milhões de contos.

A ventilação do túnel rodoviário, que será o mais extenso de Lisboa depois do túnel da Avenida João XXI e o de maior profundidade, obriga à instalação de um conjunto de «chaminés» para a renovação do ar.

Segundo Manuel Veloso, responsável pela Direcção de Projecto de Acessos a Lisboa, a ligação por túnel chegou a ser projectada por Edgar Cardoso entre a Praça Olegário Mariano e a Praça Paiva Couceiro, próxima do cemitério do Alto de S. João.

A solução agora estudada desloca o túnel mais para Sul e afastado da Rua Morais Soares, passando sob a colina da Penha de França a uma profundidade de mais de 40 metros.

O túnel, com 670 metros de extensão e 14 de largura (duas vias e duas faixas em cada sentido), desemboca na Rua Coronel Galhardo que fica ligada à Avenida Mouzinho de Albuquerque numa grande rotunda a construir.

Mais adiantados do que aquele estão os projectos dos túneis rodoviários sob a estação ferroviária do Rêgo, Avenida Padre Cruz (Nó do Lumiar do Eixo Norte-Sul e entre o novo estádio do Sporting e Telheiras) e sob a Avenida Brasília (Nó rodoviário de Alcântara), além do túnel do Terreiro do Paço.

Embora ainda em fase de preparação para lançamento de concursos, os túneis do Rêgo, Avenida Padre Cruz, Alcântara e Terreiro do Paço vão ficar construídos até 2004, no máximo, apurou a Agência Lusa junto de fontes camarárias.

#### Montijo

##### Protocolo com a Comissão Nacional de Família



Realizou-se na passada terça-feira, no salão nobre dos Paços do Concelho, a cerimónia de assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal do Montijo e a Comissão Nacional de Família.

O protocolo agora assinado tem por objectivo dar continuidade ao trabalho do Gabinete de Mediação Familiar integrado no Gabinete de Saúde e Acção Social.

#### Sesimbra

##### Serviços abertos à hora do almoço

Ser melhor a população é o objectivo. Desde o princípio de Janeiro que o serviço de Tesouraria e o Departamento de Administração e Planeamento Urbanístico da Câmara de Sesimbra estão abertos à hora do almoço.



Uma medida que vai ao encontro das necessidades da população.

Uma outra iniciativa que facilita a relação da autarquia com os municípios é a Linha Verde, um serviço de atendimento gratuito a funcionar há dois anos.

#### Sintra

##### Um milhão de contos para recuperar rede viária



Na sequência do mau tempo que assolou o País, degradando vários troços da rede viária, o município de Sintra aprovou um Plano de Emergência que visa proceder à recuperação urgente dos pavimentos danificados.

A autarquia vai avançar com um plano que visa a colocação de novos tapetes betuminosos nas estradas mais degradadas e a recuperação pontual das menos afectadas. Estas intervenções englobam não só os troços urbanos mas também vias estruturantes, prevendo-se que no prazo de três meses estejam completamente recuperadas as vias degradadas pelo mau tempo.

#### Vila Real de Santo António

##### 2,5 milhões de contos para complexo desportivo

A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António anunciou um programa de investimentos de 2,5 milhões de contos no Complexo Desportivo Municipal, que deverá estar concluído em 2004.



Segundo o município, o complexo actualmente existente tem vindo a registar um número crescente de estágios de diversas equipas de clubes e seleções de atletismo, futebol e andebol, que no ano passado ascenderam a mais de 20 mil utilizações. Os projectos incluem uma nave desportiva, piscina coberta, um novo pavilhão, centro de ténis, sala de tiro com arco e parque de lazer.

A nave desportiva, orçada em 600 mil contos (três milhões de euros), será construída no topo sul do estádio e permitirá a realização de treinos de várias disciplinas de atletismo numa zona coberta. O novo equipamento terá uma pista de atletismo coberta com cinco corredores de 80 metros e zona de treinos de saltos e lançamentos vários.

Inclui ainda áreas de apoio com ginásio e sala de musculação, sala de audiovisuais, fisioterapia e recuperação, gabinete médico e salas de reuniões técnicas e controlo de treino.

Com aquele novo equipamento, será possível a realização de estágios de atletismo durante todo o Inverno, o que não acontece no espaço actualmente existente. Agora, o complexo desportivo de Vila Real de Santo António inclui um pavilhão, três polidesportivos, quatro courts de ténis, dois campos de mini-ténis, estádio com campo de futebol relvado, dois campos de futebol relvados para treinos, pista de atletismo com piso sintético, campo de treino de lançamentos e pista de cross.

## AJUDA

### Folha informativa

A reforma fiscal é um dos temas em destaque no último número da folha informativa da Secção da Ajuda.

No editorial dedicado a esta grande reforma estrutural de cariz progressista, o camarada Dias Baptista explica sinteticamente as linhas-mestras desta reforma, que «é mais um compromisso que o Governo assumiu com o eleitorado».

No fundo, explica, «esta reforma implica maior equidade e mais justiça fiscal», porque, nomeadamente, pretende acabar com o «escândalo» de só os trabalhadores por conta de outrem pagarem impostos, ao mesmo tempo que isenta de IRS os trabalhadores com menores rendimentos e empreende uma luta contra a fraude e a evasão fiscais.



## ALGARVE

### IV Convenção da JS

O líder da JS/Algarve, Filipe Vital, reeleito no domingo em Tavira, reafirmou que os jovens socialistas continuam a «empunhar bem alto a bandeira da regionalização».

«Perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra. Continuamos a defender a criação das regiões administrativas como mecanismo de inversão da tendência centralizadora do Estado e como meio privilegiado no combate às assimetrias existentes entre o litoral e o interior», sublinhou.

Intervindo na sessão de encerramento dos trabalhos da VI Convenção da Federação Regional do Algarve da Juventude Socialista, Filipe Vital defendeu a necessidade de racionalizar a administração pública, colocando o poder de decisão mais perto dos cidadãos.

De acordo com Filipe Vital, a Convenção da JS/Algarve aprovou «consensualmente um projecto de renovação e inovação que vai permitir uma maior dinâmica e permitir com o PS alcançar novas vitórias eleitorais, nomeadamente nas próximas autárquicas».

«A renovação do PS passa necessariamente por nós se quisermos manter a posição de liderança que conquistamos, não podendo o partido ter medo da renovação», disse Filipe Vital, sublinhando que a JS/Algarve vai apostar na formação dos seus quadros de forma a que possam assumir as responsabilidades nos diversos órgãos do poder local. «Somos uma mais-valia nas listas do PS, não por sermos jovens, mas porque temos provas dadas do nosso empenhamento, dedicação e competência», afirmou o jovem socialista, sublinhando que a JS/Algarve vai estar motivada para conquistar a maioria das câmaras da região algarvia.

Igualmente a líder nacional da JS, Jamila Madeira, defendeu a bandeira da regionalização, projecto que deve mobilizar todos os jovens socialistas depois das eleições autárquicas.

«Vamos às autárquicas para depois trabalhar num grande projecto de regionalização», disse Jamila Madeira, defendendo a necessidade de o PS integrar mais jovens nas listas de candidatura às autárquias.

Com a moção global de estratégia «JS@lgarve.pt», Filipe Vital, da Concelhia de Portimão foi reeleito presidente da Comissão Política Regional da JS/Algarve com 64 votos a favor e três brancos, num universo de 73 votantes, representantes de 14 comissões concelhias da região.

Enquanto para a mesa da Assembleia Geral Regional da JS/Algarve foi eleito o jovem da concelhia de Loulé Hugo Cruz, para o Conselho Regional de Jurisdição foi eleita Heloísa Madeira, também de Loulé.

A moção apresentada «JS@lgarve.pt», de que Filipe Vital foi o primeiro subscritor, recebeu 68 votos a favor, perante cinco abstenções.



## MADEIRA

### Fausto Correia no Congresso

O secretário nacional e coordenador-adjunto da Comissão Permanente do PS, camarada Fausto Correia, desloca-se no próximo fim-de-semana à Região Autónoma da Madeira, onde irá representar o secretário-geral, camarada António Guterres, no Congresso do PS/Madeira que decorrerá no Hotel Baía Azul, no Funchal.

## MAFRA

### Apresentação de candidato

Realizou-se ontem, no Hotel Castelão, a apresentação pública do candidato do PS à Câmara Municipal de Maфра, o independente coronel Aníbal Rodrigues da Silva.

Destaque para a presença dos camaradas Jorge Coelho, Edite Estrela e José Augusto Carvalho, entre outros.

Segundo o PS/Maфра, «é chegada a altura de fazer mais e melhor por Maфра, lutando pelo interesse de todos e combatendo o poder instalado do PSD na autarquia, apresentando propostas concretas para o concelho».

Propostas que têm como centro os municípios, no quadro de um modelo de gestão que vise a melhoria da qualidade de vida, impedindo, por exemplo, a construção de selvas de betão e não cedendo aos apetites vorazes da especulação imobiliária.

## JS propõe observatório nacional de alterações climáticas

A Juventude Socialista (JS) entregou, no Parlamento, um projecto de lei para a criação de um observatório nacional das alterações climáticas ocorridas no território nacional.

Apresentado pela líder da JS, Jamila Madeira, e pelo deputado socialista Ricardo Castanheira, o diploma pretende incentivar um esforço alargado de «todos os agentes científicos, universitários e técnicos no domínio das mudanças climáticas», tendo em vista a integração de políticas nesta área específica do ambiente.

No domínio institucional, os jovens socialistas entendem que o Observatório Nacional deverá ficar concentrado num só órgão de acompanhamento, quer ao nível do Governo, quer no âmbito da Assembleia da República.

Em conferência de Imprensa, Ricardo Castanheira lembrou que o actual Governo, em 1998, criou uma comissão interministerial para acompanhar o fenómeno das alterações climáticas, mas que, no entanto, esta entidade revelou-se «claramente insuficiente».

«Uma comissão interministerial fica sempre dependente do carácter temporário e volátil de cada Governo e importa dar continuidade aos esforços de investigação nesta área», justificou o deputado socialista de Coimbra, depois de apontar fenómenos preocupantes ambientais como a subida do nível médio do mar e a subida global da temperatura.

«Cerca de 80 por cento das alterações climáticas devem-se a factores humanos e, por isso, temos de avançar de forma decisiva para energias alternativas, para outra política de transportes, incentivando, paralelamente mudanças na agricultura», adiantou Ricardo Castanheira.

Já a secretária-geral da JS sublinhou que a sua organização pretende responder a preocupações de futuro, procurando, ao nível parlamentar, identificar e responder às questões que se colocam aos jovens portugueses.

«Não procuramos bandeiras com o objectivo de fazer grande alarido», acrescentou Jamila Madeira, que disse ter recebido total apoio do líder da bancada socialista, Francisco Assis, em relação a esta iniciativa parlamentar.



## José Lamego em debate sobre globalização

O camarada José Lamego, secretário Internacional do PS, apresentou, juntamente com João Ferreira do Amaral, do ISEEG, o último número da revista «Finisterra», subordinado ao tema «A globalização em questão».

A sessão de apresentação decorreu na passada terça-feira, no Centro Jean Monnet, em Lisboa.

## ALENTEJO: URGE TRAVAR O DECLÍNIO DEMOGRÁFICO E APOSTAR NA SOCIEDADE CIVIL

**A** densidade demográfica constitui o pior indicador de desenvolvimento do Alentejo! A perda demográfica sistemática do Alentejo, de norte a sul e do litoral para o interior, tem razões objectivas e não fruto de um designio não controlado ou de uma fatalidade, como muitas vezes se quer fazer crer.

Não é o clima, não é a escassez de água, nem a fraca qualidade dos solos que justifica o declínio de população, que se vem acentuando nos últimos vinte anos. Estes factores podem condicionar certo tipo de actividades, essencialmente na agricultura, mas não é a adversidade climática e a escassez de substância orgânica dos solos do território que determina a contínua sangria demográfica no Alentejo.

No Alentejo de norte a sul e do litoral ao interior, o que tem levado à inexorável saída e repulsão da população jovem e activa tem sido essencialmente a falta de oportunidades, a par da falta de pragmatismo nas decisões que a todos os níveis e em quase todos os sectores se verificam.

As forças vivas da região resumem-se quase exclusivamente aos organismos que se interligam com a administração do Estado e dos municípios e, por isso mesmo, os discursos, o mesmo é dizer a maioria das orientações, continuam a ter um sentido virado para o passado conquanto pretendem dirigir-se a tempos do futuro. Infelizmente trata-se quase sempre de uma futuro difuso, desenhado à medida e à semelhança de pré-existências ou de presentes, já consolidados e conhecidos noutros sítios e lugares.

Acabam por ser objectivos que não se sustentam em bases fortes e determinadas, mas em modas e circunstâncias voláteis.

Receamos, por isso, que muitos dos investimentos que estão a ser projectados ou levados a cabo possam vir a estar comprometidos quanto aos objectivos centrais que os justificam, se não houver a coragem de atacar as situações, identificando com coragem as causas de atrasos e de frustrantes esperas que alimentam desistências e consolidam desânimos.

A velha expressão inglesa *tempo é dinheiro* continua a não ser tida como uma verdade, verdade tanto mais cruel quanto mais a esquecermos.

Há necessidade premente de se discutir com frontalidade o que se quer para o Alentejo, quer no contexto do País quer na sua própria territorialidade. Neste dealbar de século e milénio é necessário que essa discussão se faça sem tibiezas e sem receios de aprofundar a realidade, que é a referência de partida.

Nenhuma estratégia, nenhuma visão estratégica, pode partir de uma falsa identificação da realidade objectiva, mesmo que essa realidade não seja a que alguns ou muitos desejam dever ser a que se deve identificar. Em nossa opinião, relativamente à consciencialização do que é efectivamente o Alentejo, com as suas gentes e as suas comunidades, as suas tradições e costumes, tem sido quase sempre transportado para uma visão virtual que esconde realidades bem difíceis, mas que não podem iludir os que querem dar solução aos inúmeros problemas que invadem esta «terra grande». Uma região como é o Alentejo, do Tejo ao Algarve, que vive exclusivamente das actividades agrícolas de monocultura e na base de uma sociedade predominantemente rural e profundamente conservadora (mais dos que nas Beiras ou em Trás-os-Montes)

teria de ter ainda hoje, como tem, óbvias dificuldades em enfrentar um mundo dominado pela livre economia e pelas economias de mercado, onde a concorrência e a competitividade são a regra e a obtenção de mais-valias, como agora se proclama, o fim absoluto em si mesmo.

O fenómeno, obviamente, não é exclusivo de Portugal, nem em Portugal o Alentejo é a única parte do território onde esta difícil situação decorre. Mas com o mal dos outros, diz o povo, estamos nós bem e o que urge é criar-se o máximo de consenso, em torno da sociedade civil alentejana que praticamente não existe, para que se construa um modelo de desenvolvimento acreditado por uma estratégia capaz de criar vontades e forças de ânimo que superem a letargia patente e que seja dirigido para os jovens que aqui nasceram e aqui desejam viver e permanecer. No final do ano 2000 o mundo à nossa volta não pára de girar.

Que Alentejo queremos para o amanhã que começa hoje?

Apresento três ordens de sugestões que, oxalá, sejam bem entendidas:

- A primeira, aproveitando o novo QCA III regional, cerca de 375 milhões de contos, desenvolva-se e apoie-se a sociedade civil alentejana como prioridade absoluta. Dê-se prioridade às políticas de emprego sólido, à igualdade de oportunidades, às iniciativas que geram economias de escala e de sustentabilidade adequada ao meio.

- A segunda, atinja-se o consenso entre as forças políticas que são representativas, os grandes designios que o Alentejo deve abraçar. Se é o Empreendimento de Alqueva, lutemos pela sua rápida entrada ao serviço e não assistamos passivamente ao prorrogar dessa mesma meta. Se queremos ter essa

grande Porta Atlântica que é Sines, então empenhem-nos nessa aposta que alarga a fronteira da União Europeia em solo que é português e alentejano. Se desejamos construir um grande espaço de cultura e de lazer, de qualidade e de excepção, então construamos um Alentejo do bem-estar e da modernidade, com uma sociedade sem excluídos e dedicada a receber bem quem nos visita. Se queremos que não continue a sangria dos nossos jovens ou o abandono dos núcleos urbanos mais pequenos e frágeis, então apoie-se, integrando as várias vertentes do desenvolvimento, as vontades de empreender que tantos e tantos jovens projectam.

- A terceira ordem de razões é talvez a mais sensível e que poucos gostam ou querem abordar. Traduz-se ela num pedido que é ao mesmo tempo uma aposta. Pede-se à Administração central e municipal, directa ou indirecta, que deixe espaço para a iniciativa privada. Que não sufoque as empresas. Que acelte o desenvolvimento realizado pelos privados. Que se liberte de iniciativas que são mais credíveis quando empreendidas pela sociedade civil do que pelos agentes e organismos do Estado.

Numa palavra, que tenha menos protagonismo na vida do quotidiano e se limite a apoiar, organizar bem o que lhe está determinado em nome do país.

Numa época em que os valores da Revolução Francesa, mais do que as ideologias, estão exauridos e quando os grandes princípios actuais são a Cidadania, a Coesão e a Solidariedade, em Portugal, o Alentejo terá de ser território de gente com esperança, com certezas e com vontade de permanecer e viver.

In «Diário do Sul»

## OS JOVENS E O MUNDO DO TRABALHO



**O** nível de capacidades e habilitações necessárias para cada emprego é cada vez mais elevado e exigente. Acresce que as transformações tecnológicas e organizacionais operadas nos locais de trabalho vieram a ter como consequência uma enorme quantidade de desempregados e excluídos profissionais, empregos atípicos, trabalho precário e instabilidade laboral.

Num mundo global onde as novas tecnologias estão em constante evolução, onde a educação e a formação ao longo da vida adquirem uma importância fundamental, devemos questionar o sistema de relações laborais que resulta deste quadro, e, sobretudo, as questões da segurança e da qualidade do emprego.

Hoje já não é possível ignorar o fenómeno da

globalização da economia, da competitividade agressiva que pressiona os mercados e o seu modo de operar, da velocidade a que as novas tecnologias chegam ao mundo do trabalho e que, também elas, rapidamente se tornam obsoletas. É neste contexto, de evidentes e exigentes desafios políticos e sociais, que surge a discussão do emprego e do desemprego em geral e dos jovens em particular.

Colocadas à margem do sistema produtivo, as pessoas atingidas pelo fenómeno do desemprego tendem a acumular desvantagens e a serem excluídas de participar na vida em sociedade sendo afastados do exercício de direitos elementares de cidadania.

O trabalho e o emprego produtivo assumem uma importância fundamental para as

peçoas, para as empresas e para a sociedade em geral, sendo extremamente perversos os efeitos do desemprego, nomeadamente ao nível da coesão social e da harmonia no seio familiar.

Portugal regista uma taxa de desemprego relativamente baixa e uma taxa de emprego superior à média da União Europeia. Todavia, o nosso país defronta-se com sérios problemas ao nível da qualificação dos seus recursos humanos, o que gera problemas de empregabilidade da população portuguesa e se traduz num risco estrutural de perda de emprego.

O baixo nível de qualificação dos trabalhadores portugueses constitui hoje uma das principais preocupações no domínio da política nacional de emprego, afigurando-se necessário inverter rapidamente esta situação

nos próximos anos, designadamente através de uma aposta clara numa adequada política de educação, formação e requalificação ao longo da vida.

O desemprego jovem representa em Portugal cerca de 31 por cento do desemprego total. O carácter prolongado desse desemprego torna-se negativamente relevante não só pelo sentimento de inutilidade, mas também pela incerteza que a acentuada alternância entre situações de emprego precário e desemprego produzem ou podem produzir no capital humano.

É igualmente preocupante a situação dos jovens licenciados à procura de emprego, situação que nos deve levar a equacionar as relações entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho.

In «Notícias Sítese»



## QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

### Festival em Albufeira

A partir de hoje e até domingo, dia 4, decorre, no Hotel da Aldeia, a Semana Gastronómica da Beira Alta.

Integrado no Festival de Música «Rota de al-Mutamid», realiza-se, amanhã, pelas 21 e 30, no Auditório Municipal, um concerto a cargo do grupo Marcabré.

O I Festival de Artes Infantil e Juvenil de Albufeira arranca no dia 3, no mesmo local, prolongando-se até ao dia 17, com a final agendada para o dia 3 de Março.

A exposição de pintura de Artur Mendes Coelho estará patente ao público a partir deste sábado, dia 3 e até 28 de Fevereiro, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros. Também sábado e no mesmo local, mas às 21 e 30, poderá assistir a um serão de poesia intitulado «Poesias e Cantares Populares».

### Ciclismo em Almodôvar

A autarquia local patrocina a 1ª Clássica em Ciclismo, uma prova desportiva que se realizará, no dia 4, com a partida marcada para as 10 e 30, em São Bernabé, e a chegada prevista para as 14 horas, em Almodôvar.

O evento conta com a participação de nove equipas profissionais do ciclismo nacional, que lhe darão brilho.

### Concerto em Amarante

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso inaugura, no próximo sábado, dia

3, pelas 16 horas, na sala de exposições temporárias, uma mostra do pintor António Quadros Ferreira, constituída por dez trabalhos e intitulada «10 Pintruras + 1 Interpretação».

A exposição poderá ser visitada até ao dia 11 de Março, entre as 9 e as 12 horas e das 14 às 17 horas, excepto segundas-feiras e feriados.

Às 17 horas, e ainda integrado na exposição, o auditório da Cozinha dos Frades será palco de um concerto de piano a cargo do músico Francisco Monteiro, que irá interpretar «China Gates», de John Adams, «Piano Phase», de Steve Reich e «Harmónicos I», de Jorge Peixinho.

### Livro em Coimbra

A obra «A Guitarra Portuguesa, Património Cultural», de Eduardo Aroso, será apresentada ao público, amanhã, pelas 18 horas, na Casa Municipal da Cultura.

Na quarta-feira, dia 7, o grupo vocal Ad Lilium apresenta-se, pelas 21 e 30, na Casa da Cultura, no âmbito do «Ciclo de Música Coral».

### Teatro em Fafe

A Câmara Municipal apresenta, a partir de amanhã, às 21 e 30, e até ao dia 23, na Galeria Municipal (Casa Municipal da Cultura), uma exposição fotográfica e documental com o título «O Descobrimento do Brasil».

Aberta ao público em geral, esta mostra reveste-se de especial interesse, sobretudo para os estudantes dos diferentes graus

de ensino do concelho.

Ainda no âmbito das comemorações dos 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, apresenta-se, na próxima quarta-feira, dia 7, às 10 e 30, bem como pelas 14 e 30, no Estúdio Fénix, o espectáculo teatral «Para Além da Terra – Os Bandeirantes».

### Recital em Lisboa

Os concertos do Centro Cultural de Belém (CCB) prosseguem este sábado, dia 3, às 18 e 30, no pequeno auditório, com um recital de violoncelo e piano a cargo de Paulo gaio Lima e António Rosado, que interpretarão duas sonatas de Brahms.

Também no CCB, nos dias 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 10 de Fevereiro, assista aos espectáculos integrados no II Festival das Músicas e dos Portos.

«Lisboa e os Lisboetas» é o título da exposição que está patente no Arquivo Fotográfico Municipal, até ao próximo dia 24 de Fevereiro.

Composta por cerca de 70 fotografias, da autoria de Luiz Carvalho, fotógrafo, mostra apresenta um olhar pessoal sobre três décadas de vida da capital portuguesa. A exposição pode ser vista de terça a sábado, entre as 10 e as 19 horas.

### Exposição em Macedo de Cavaleiros

A V Mostra/Venda de Caça e Outros Produtos da Terra realiza-se a partir de amanhã e até ao domingo, dia 4.

### Cinema em Paredes de Coura

«O 6º Dia» é o título do filme realizado por Roger Spottiswoode, com Arnold Schwarzenegger e Tony Goldwin nos principais papéis, a ser exibido este fim-de-semana (dias 3 e 4), às 15 horas e às 21 e 30, no Centro Cultural.

### Marionetas no Porto

No fim-de-semana, dias 3 e 4, o Rivoli acolherá o espectáculo de ópera e marionetas «Cos Fan Tute», com libreto de Lorenzo da Ponte sobre música de Mozart. A inauguração da Biblioteca Municipal Almeida Garrett e Galeria do Palácio, acontece dia 4, domingo, bem como a da sua exposição de abertura, «Mais de 20 Grupos e Episódios no Porto do Século XX».

### Conto em Santo Tirso

Hoje, às 10 e 30, o auditório da Biblioteca Municipal exhibe o filme «Aladino e o Rei dos Ladrões».

Na sala do conto, terça-feira, dia 6, à mesma hora, poderá levar s seus filhos ou netos para assistirem à leitura de «Como se faz cor-de-laranja».

## SUGESTÃO

### PoNTI 2001

O festival bienal do Teatro Nacional S. João, PoNTI, arranca hoje com uma edição alargada a todo o ano para acompanhar a Capital Europeia da Cultura.

A peça de estreia será «A hora em que não sabíamos nada uns dos outros», de Peter Handke, com encenação de José Wallenstein e interpretação de 30 actores.

O PoNTI deste ano será um festival de excepção com algumas novidades como a realização da conferência que o cientista português António Damásio fará a 23 de Fevereiro sobre «Ficção e a Neurociência». Ao encontro do carácter universalista que o PoNTI 2001 pretende revestir, a programação abarca todo o tipo de dramaturgias, desde as clássicas até às contemporâneas, ao mesmo tempo que dará uma especial atenção a todas as outras artes performativas: bailado, música e marionetas.

Esta transversalidade das artes será acompanhada de uma forte presença internacional, onde coexistirão companhias públicas de grande prestígio internacional e pequenos grupos portugueses e estrangeiros.

No campo do bailado, o tradicional ciclo «Movimentos», promovido pelo Balletteatro, terá este ano uma programação reforçada.

Mantendo o seu projecto formativo, o PoNTI levará a cena «No dia em que a C+S fechou», de Marcantonio Del-Carlo. Haverá ainda seminários, debates e conferências sobre os mais diversos temas relacionados com o palco e um espectáculo da banda portuguesa Belle Chase Hotel.

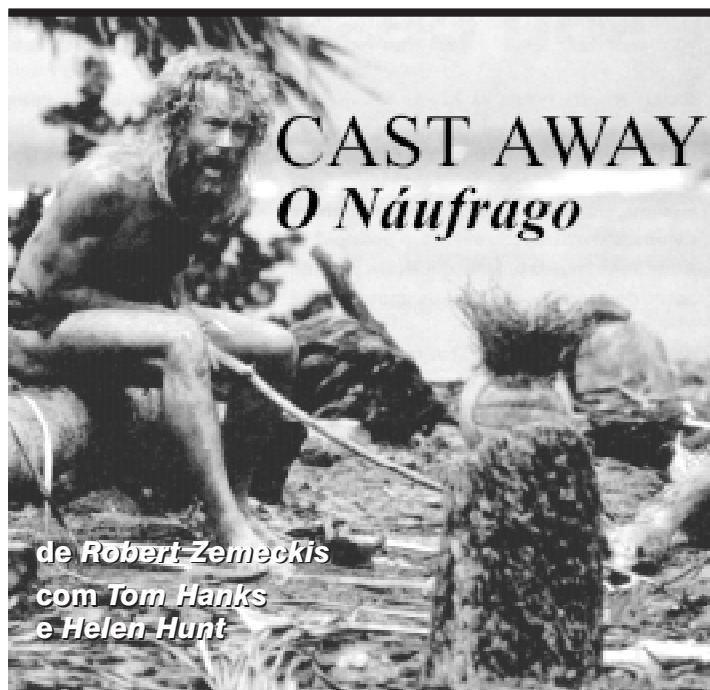
## POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

### Barco Fevereiro

Corro da popa à proa e da proa à popa, pelo convés húmido das lágrimas que se soltam dos meus olhos. Largado que fui no meu barco, do tamanho de um só corpo, logo me tive de fazer às tempestades de uma vida. Sem poder voltar ao estaleiro quente do útero materno, todas as ondas dos dias se lançaram por sobre o meu casco, ainda pouco alinhado com o caminho a seguir. Agarrado a um fraco leme, forcei-me a uma rota que o mundo criou. Mas não, o meu barco não seguirá o mesmo sulco dos outros. Não posso negar que o vento da tua respiração me dá outros rumos, e que o sol dos teus olhos ilumina caminhos que um só marinheiro pode ver. Serei eu quem, à força de esforços nunca antes feitos, lá chegarei. Corro da proa à popa e da popa à proa, mas com os olhos rasos de alegria, mesmo que não te alcance...

Paulo Sequeira



de Robert Zemeckis  
com Tom Hanks  
e Helen Hunt



# A REFORMA FISCAL - PARTE II

**O**s objectivos da Reforma Fiscal foram definidos de forma clara e inequívoca. Trata-se de:

- Baixar os impostos de quem paga;
  - Combater a fraude e a evasão;
  - Fazer da reforma e do instrumento fiscal, elementos de inclusão da economia paralela na economia real;
  - Melhorar a administração tributária e a sua relação com o contribuinte.
- Para atingir estes objectivos a Reforma Fiscal tem vindo a desenvolver-se segundo quatro pilares essenciais:
- Reforma da tributação do rendimento juntamente com os novos mecanismos de combate à evasão e fraude fiscais;
  - A reforma da justiça tributária, dos sistemas de infracções tributárias e de garantias dos contribuintes;
  - A reforma da tributação do património imobiliário;
  - As propostas relativas à nova fiscalidade, ou seja a «reforma fiscal ecológica» globalmente considerada.

O 1º pilar (a alteração da tributação sobre o rendimento - das pessoas singulares e das pessoas colectivas - e as novas medidas de combate à evasão e fraude fiscais) encontra-se plenamente cumprido. Importa consolidá-lo e aprofundá-lo, afrontando e derrotando todas as pressões e obstáculos que lhe opõe ou lhe são criados, no sentido de que os seus fins últimos (basicamente a equidade e a justiça fiscais) possam ser prosseguidos e melhorados. Conforme fora previsto, está agora em discussão na Assembleia da República, a proposta legislativa referente ao 2º pilar. Apesar de se tratar de matéria da mais elevada importância pois, basicamente *trata-se de reforçar e consolidar as garantias dos contribuintes* e de estabelecer uma relação saudável entre estes e a Administração Fiscal, não deixa de ser sintomático que a sua discussão não tenha ainda suscitado uma grande paixão e uma clarificadora

controvérsia. É realmente espantoso que todos aqueles que foram arautos precoces do descontentamento causado pela alteração das regras da tributação do rendimento e, sobretudo, pela moderada flexibilização no recurso à abertura no sigilo bancário não se tenham ainda mobilizado para discutir a nova questão das garantias. E é pena, pois a defesa dos direitos e dos interesses legalmente protegidos dos cidadãos e o acesso a uma justiça tributária mais célere e eficaz, que claramente orienta as opções políticas do partido socialista e do seu Governo, não poderia deixar de ser também património de uma opinião pública e publicada, esclarecida, séria e interveniente. Na ausência de um debate mobilizador (onde está o voluntarismo do B.E.? Onde pára o «pioneirismo» do PCP? Que é feito da sistemática obstrução do PSD? Porque se perdeu a descontrolada demagogia do PP?), resta esperar que um qualquer acontecimento mais mediático possa chamar a atenção de todos para a «revolução» processual e garantística em curso. Talvez a concretização do publicitado esforço de estrangulamento dos tribunais, pela via do recurso nos casos de quebra de sigilo bancário (afinal quem tem medo da transparência?), anunciado por algumas «patrióticas» entidades de consultadoria possa surtir esse efeito. Até lá preocupemo-nos apenas com o que realmente está em causa, ou seja a Parte II da Reforma Fiscal. Em 1º lugar pretende-se estabelecer um novo regime geral para as infracções tributárias. Sistematização, unidade, coerência, regime sancionatório justo e apropriado e sobretudo adaptação à realidade portuguesa de alguns ilícitos penais previstos são os elementos essenciais da mudança. Naturalmente que todos estes princípios se desenvolvem e realizam através de inúmeras medidas e actos que tornam o regime mais «amigável» para o contribuinte.

Em 2º lugar, objectiva-se reformular a organização tributária. O que está em causa é basicamente a necessidade de adoptar mecanismos que permitam aos tribunais tributários corresponder em pleno às expectativas dos cidadãos. A chave essencial para a realização deste objectivo é o da integração da organização administrativa dos tribunais tributários de primeira instância na dependência do Ministério da Justiça. Também aqui o princípio do *reforço da garantia* e da *eficiência* está presente e é essencial. Finalmente *reforçam-se as garantias dos contribuintes* e procede-se à simplificação processual. Esta é claramente a área de intervenção da Reforma que mais e mais profundamente toca o cidadão comum. O sentimento predominante de que o contribuinte é uma vítima indefesa perante o fisco e que a sua relação com o Estado, em matéria fiscal, é uma relação leonina em seu desfavor, constitui provavelmente a motivação mais forte para a evasão e a fraude fiscais. Atacar este problema, resolvê-lo com soluções tecnicamente inatacáveis e, sobretudo com uma vontade política de acentuado pendor igualitário é um dos méritos deste passo da reforma fiscal. Reforma Fiscal que assim se desenvolve consolida e aprofunda. Reforma Fiscal que, como processo que é, só pode ser avaliada em toda a sua dimensão e em todas as suas facetas, quando estiverem concluídos os quatro pilares que a estruturam. A legislação apresentada pelo Governo, que a Assembleia da República naturalmente aprovará, demonstra que a vontade política de gerar mais justiça social e mais acelerada equidade fiscal não se esgota nas alterações da tributação em concreto antes se complementa numa *estrutura de garantias, de simplificação e de reconciliação fiscal absolutamente indispensáveis para lançar as bases de uma economia mais sólida e mais justa.*

«A globalização pode ser um factor de progresso humano ou, em contrapartida, de mais justiça e de mais desigualdades»  
**Finisterra**  
 Dezembro 2000

«Há muita hipocrisia na política»  
**Edite Estrela**  
 24 Horas, 27 de Janeiro

«Aparentemente, nenhum deles ("estrelas" do "Big Brother I") faz nada na vida, nenhum fala de coisa alguma que não sobre eles próprios, nenhum é capaz de exprimir um pensamento cuja profundidade vá além da borbulha, do "make-up" ou do penteado»  
**Miguel Sousa Tavares**  
 Público, 26 de Janeiro

«Custa-me um bocado a acreditar que a promoção da boçalidade, do vazio e da ignorância não tenham consequências»  
**Idem, ibidem**

«O PS tem a obrigação de tudo fazer para realizar as reformas que prometeu ao eleitorado. Como não tem maioria, deve procurar os consensos necessários para que o programa seja cumprido. Nesse sentido, seria absurdo rejeitar os votos do PCP»  
**João Cravinho**  
 Diário de Notícias, 27 de Janeiro

«Há interesses (não só africanos) que prosperam à custa das guerras: por isso as alimentam, servindo-se de ditadores sem escrúpulos»  
**Mário Soares**  
 Expresso, 27 de Janeiro

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
 Órgão Oficial do Partido Socialista  
 Propriedade do Partido Socialista  
 Director  
**Fernando de Sousa**  
 Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
 Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
 Colaboração  
**Rui Perdigão**  
 Secretariado  
**Sandra Anjos**  
 Pagnação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
 Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
 Avenida das Descobertas 17  
 Restelo - 1400 Lisboa  
 Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
 Avenida das Descobertas 17  
 Restelo - 1400 Lisboa  
 Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
 Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
 Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
 Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_


Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
 Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

